

RECLAMAÇÃO Nº 38.129 - SP (2019/0166335-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : TELEFONICA BRASIL S.A.
ADVOGADOS : RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL - SP305379
LÍVIA REGINA FERREIRA IKEDA - RJ163415
FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - SP321754
CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR E OUTRO(S) - SP321744
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA - SP357630
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ANDRE CERVANTES TORIBIO
INTERES. : EDISON ROBERTO BARBOSA
INTERES. : MARTA JANETE THOMAZELLA FERRI
INTERES. : FELIPE THOMAZELLA FERRI
INTERES. : MELINA THOMAZELLA FERRI
INTERES. : SEBASTIAO RODRIGUES DOS SANTOS
INTERES. : SUELY DONA
ADVOGADOS : JOSÉ WILSON PEREIRA - SP050628
LARA AZANHA PEREIRA - SP322811

EMENTA

RECLAMAÇÃO. MANEJO CONTRA ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ESPECIAL, SOB O FUNDAMENTO DE QUE O ARESTO IMPUGNADO OBSERVOU A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ EM RECURSO REPETITIVO. *DECISUM* MANTIDO APÓS O JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR PARA A SUSPENSÃO DO ATO IMPUGNADO NA RECLAMAÇÃO. AUSÊNCIA DE ALEGAÇÃO OU DE DEMONSTRAÇÃO DE RISCO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO.

DECISÃO

Cuida-se de reclamação com pedido de liminar, ajuizada por Telefônica Brasil S.A. na forma prevista pelo art. 988 do CPC/2015, por meio da qual é noticiada suposta contrariedade ao entendimento firmado no julgamento, sob o rito dos recursos repetitivos, dos REspS n. 1.361.800/SP e 1.370.899/SP, com as seguintes ementas:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL -

RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.361.800/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, Relator p/ Acórdão Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/5/2014, DJe 14/10/2014.)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza

condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.370.899/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014)

Na petição inicial, a reclamante sustenta que o TJSP negou seguimento ao recurso especial, nos termos do art. 1.030 do CPC/2015, com fundamento no recursos especiais n. 1.361.000/SP e n. 1.370.899/SP, julgados por meio da sistemática do art. 543-C do CPC/1973. Salienta que esse desfecho foi mantido após o julgamento do agravo interno interposto na origem, a fim de exaurir a instância ordinária.

Alega que a tese firmada nos repetitivos, de que os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da ação civil pública, não se aplicaria ao presente caso por se tratar de situação jurídica diversa. Isso porque o repetitivo teria se baseado em ação ajuizada por um único autor, na qual teria sido manifestada sua pretensão individual, de forma inequívoca. Acrescenta que os repetitivos ainda não transitaram em julgado, estando pendentes de julgamento embargos de declaração. Além disso, a matéria seria objeto de análise no STF.

Nesse contexto, requer liminarmente a suspensão do acórdão que negou

provimento ao agravo interno interposto contra a negativa de seguimento de seu recurso especial. No mérito, pede a cassação do referido acórdão.

Brevemente relatado, decido.

Em análise perfunctória do caso, própria dos juízos liminares, verifica-se que o pedido não deve ser deferido, porquanto não estão presentes os requisitos necessários à medida de urgência.

Inicialmente, não se vislumbra contrariedade à tese firmada nos REspS n. 1.361.800/SP e 1.370.899/SP, pois, no julgamento desses repetitivos, determinou-se que os "juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior". Em princípio, constato similitude fática e jurídica entre os julgados e a decisão reclamada.

Verifica-se também que a parte reclamante não apontou risco algum de dano irreparável a justificar a concessão da liminar, limitando-se a requerer a suspensão do acórdão impugnado para se evitar dispêndio desnecessário de tempo e esforço por parte do a. Poder Judiciário paulista (e-STJ fl. 41). Todavia, nem mesmo o processamento do recurso especial, finalidade pretendida com a presente demanda, teria o condão de suspender o acórdão de mérito proferido pelo Tribunal *a quo*.

Desse modo, não se vislumbra o preenchimento do *fumus boni iuris* nem do *periculum in mora* a justificar o deferimento da medida excepcional.

Com esses fundamentos, indefiro o pedido de suspensão do ato impugnado.

Oficie-se ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, requisitando informações.

Intimem-se os interessados para se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal, para parecer.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

